

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 5 • 1995



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
1995

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 5 • 1995 **ISSN: 0872-6086**

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
PREFÁCIO – Isaltino Morais
CAPA – João Luís Cardoso
FOTOGRAFIA – Autores assinalados
DESENHO – Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados
PRODUÇÃO – Luís Macedo e Sousa
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho
de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras
2780 OEIRAS

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Sogapal, Lda.
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
5, Oeiras, Câmara Municipal, 1995, pp. 299-313

**OS MAMÍFEROS NO QUOTIDIANO ROMANO.
ALGUMAS REFLEXÕES A PROPÓSITO DOS RESTOS
DE CONIMBRIGA (*)**

João Luís Cardoso⁽¹⁾

1 – INTRODUÇÃO

Desde muito cedo os animais tiveram para o Homem um papel essencial no seu dia-a-dia, mesmo na sua sobrevivência. Desde os longínquos tempos da primeira presença humana de Olduvai, há cerca de 1,8 milhões de anos, que está documentada uma actividade de caça (a tese do hominídeo sanguinário, atacando em grupo vítimas mais indefesas chocou muitas sensibilidades, quando foi apresentada, há mais de 20 anos) ou, tão só, de aproveitamento dos despojos deixados pelos animais de maior porte, o que corresponderá melhor à realidade.

Tão indispensáveis se tornaram que, à luz dos conceitos arqueológicos do século XIX, certos animais foram considerados característicos de sucessivos estádios da evolução humana, passando estes a ser designados pelos nomes daqueles. É assim que segundo Lartet (1801-1871), a sucessão dos tempos paleolíticos seria definida pela

(*) *Texto baseado em palestra realizada no Museu Monográfico de Conimbriga, no dia 10 de Junho de 1992, por ocasião do seu 30.º aniversário.*

(1) *Professor da Universidade Nova de Lisboa. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras. Sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e da Associação Profissional de Arqueólogos.*

presença dominante, na Europa, primeiro do Elefante, depois do Urso das Cavernas, seguida do Mamute e, finalmente, da Rena (classificação de 1861).

Sem nunca se pôr em causa o interesse do estudo dos restos animais de contextos arqueológicos, a verdade é que tais estudos, em Portugal e até época muito recente, não têm passado de meras listas faunísticas, onde não se justificam as atribuições propostas nem, muito menos, se procuram obter interpretações dos referidos resultados. Trata-se de uma situação que não é, infelizmente, única, nem decorre do atraso conhecido noutras áreas da investigação portuguesa. A verdade é que os arqueólogos não se encontravam despertos para o valor potencial de tais restos, em parte porque também não havia motivação ou interesse por parte de quem os pudesse minimamente estudar; neste, como noutros casos de colaborações científicas transdisciplinares e inter-institucionais, faltava a necessária ligação das pessoas e, talvez a disponibilidade de, sem preconceitos, iniciarem novas colaborações, efectivas e duradouras.

Com efeito, este tipo de estudos torna indispensável uma relação, próxima e constante entre quem escava e quem estuda o material ósseo (salvaguardando os casos excepcionais em que ambas as tarefas possam ser desempenhadas pelo mesmo indivíduo).

De facto, tem-se privilegiado uma *Arqueozoologia da peça*, estudo de pendor técnico, exclusivamente anátomo-patológico, em que a intervenção do especialista se limita à identificação do osso, não participando na escavação, nem, verdadeiramente, na síntese, onde tais resultados são incluídos. Desta forma, não se esgota toda a informação contida no material osteológico, pois nem o arqueólogo ou o arqueozoólogo se encontram despertos para as incidências culturais, económicas, sociais e outras a que o estudo destes materiais poderá conduzir não explorando, em consequência, tais vias de estudo. Resumindo, a *Arqueozoologia* pode traduzir-se, desde que se recupere a sua dimensão cultural e sócio-económica, que inquestionavelmente encerra, como contributo para o conhecimento da vida quotidiana, com base no aspecto talvez mais expressivo que a caracteriza: a alimentação.

2 – ONDE E COMO DEVE O ARQUEOZOÓLOGO INTERVIR

O campo de intervenção do arqueozoólogo incide em áreas em que o homem viveu; trata-se, portanto, de espaços humanizados. Desta forma, os despojos ósseos encontram-se directamente relacionados com a subsistência do respectivo grupo humano e conservam, tanto pela maneira como se dispõem no terreno, como pelas marcas das acções antrópicas sobre eles produzidas, a memória dos gestos que conduziram ao seu aproveitamento e ulterior abandono. Desta forma, é desejável que a

intervenção do arqueozoólogo se inicie logo no decurso da escavação, identificando anatomicamente e taxonomicamente as peças na própria área escavada, na tentativa de uma interpretação (ou “modelo”) preliminar que explique a sua distribuição pelo antigo espaço habitado (tafonomia). Esta prática torna-se particularmente importante sempre que se escavam solos de ocupação, como ficou bem demonstrado pelas escavações modelares de A. Leroi-Gourhan em Pincevent. Recorde-se o velho aforismo de que qualquer escavação é uma destruição irrecuperável; todos os elementos de observação que se possam recolher são, portanto, únicos. São inúmeras as conclusões que um estudo tafonómico da dispersão das peças ósseas poderá proporcionar, na óptica de conhecer o modelo de ocupação de um determinado espaço: área de influência de cada unidade habitacional e sua organização (ex: zona de lareiras, zona de lazer, zona de trabalho, zona de acumulação de restos), bem como a articulação de cada espaço habitado entre si, definindo-se áreas centrais e marginais da jazida, eventualmente com incidências funcionais. Porém, não nos podemos esquecer de que, para tais reconstituições serem possíveis, é necessário dispormos de restos. Ora, a conservação óssea é fenómeno raro, excepcional no nosso país em zonas de solos ácidos, que predominam ao Norte do Tejo e ocupam vastas extensões do Sul do País. Se juntarmos a esta situação desfavorável a acção antrópica e outras acções físicas naturais, como as de animais e raízes (as plantas alteram também o pH do solo) facilmente podemos concluir que as situações arqueológicas que possibilitam estudos arqueozoológicos devem ser acauteladas, e valorizadas, devendo disponibilizar-se meios técnicos, científicos e financeiros necessários à sua concretização nas melhores condições.

O trabalho do arqueozoólogo deverá prosseguir no laboratório, orientando a sua atenção em várias direcções:

- classificação definitiva do espólio encontrado por espécies, conduzindo ao conhecimento das percentagens de cada uma delas, tanto de espécies selvagens como domésticas e seu significado.
- localização das peças no esqueleto ósseo das diferentes espécies presentes dando indicações sobre a hipótese de parte da carne não ser consumida localmente e consequentemente sobre a própria natureza arqueológica da estação, bem como da economia dos seus ocupantes.
- observação de traços de consumo da carne, (marcas de corte) e identificação do tipo de instrumento responsável (faca, cutelo, machado, etc.) ou traços de carnívoros (roidelas).
- identificação das práticas culinárias (os grelhados ou churrascos deixam frequentemente os ossos queimados), incluindo o estudo dos tipos de fracturação

dos ossos, que indicam um aproveitamento sistemático da medula, para fins variados; as dimensões dos segmentos ósseos têm a ver, também, com a maneira como eram cozinhados: os ensopados, por exemplo, requeriam nacos de carne de pequeno tamanho;

- outras identificações de pormenor são possíveis, desde que se disponha de colecções de comparação: a determinação da idade (grau de desgaste dentário, de soldagem das suturas ósseas ou das extremidades dos membros) e do sexo, são aspectos com relevância para a determinação da época do ano em que o animal foi abatido (especialmente quando se trata de um estabelecimento temporário de caça), para além de darem informações sobre a própria gestão dos “stocks” (especialmente em contextos domésticos).

Este conjunto de observações permitirá conhecer, nos seus principais traços, as relações estabelecidas pelo Homem com o Meio Ambiente através da caracterização, por um lado, da economia e bases de subsistência da comunidade humana implantada em dado território e, por outro, da paleoecologia do espaço envolvente, denunciada pela fauna (e, particularmente pelos grandes e pequenos mamíferos, selvagens ou domésticos), que nele habitaram; estudos recentes (CARDOSO, 1993) sugerem que, na época romana imperial, a região litoral do Baixo Alentejo teria clima mais húmido que o actual. Será possível também, nos casos em que se disponham de sequências estratigráficas, caracterizar a evolução da relação do Homem com o meio natural envolvente em determinada região, designadamente nos seguintes aspectos:

- Degradação dos biótipos naturais (deflorestação) através da consequente redução da percentagem dos animais selvagens florestais (veado, corço e, em menor grau javali);
- Evolução paleoclimática;
- Evolução da economia baseada na sedentarização mais ou menos acentuada das populações: diminuição das espécies selvagens e variação do espectro dos animais domésticos (por exemplo, rebanhos de ovi-caprinos suportam mais facilmente deslocações temporárias do que as varas de porcos ou os rebanhos de bovinos);
- Influência que a domesticação operou em certas espécies, por exemplo, na selecção dos indivíduos maiores, conducente ao aumento do tamanho médio dos exemplares (origem do melhoramento genético numa base empírica). Não nos esqueçamos, no entanto, que o tamanho dos animais domésticos (tal como

o dos selvagens) depende fortemente de factores naturais, pelo que uma degradação das pastagens, devido a secas prolongadas, ou a deficientes técnicas agrícolas (no caso dos animais domésticos) conduzirão, inevitavelmente, a tamanhos pequenos, situação bem conhecida nos bovídeos domésticos do Neolítico à Idade Média;

- Caracterização de lesões traumáticas e adaptações funcionais dos ossos dos membros em consequência do aproveitamento da força motriz dos animais domésticos (atrelagem a carros e arados);

A situação económico-social de um grupo humano pode encontrar-se expressa pela idade de abate de certos animais domésticos (o que só poderá determinar-se, rigorosamente, com o recurso a colecções de comparação numerosas). Por exemplo, o aproveitamento do leite e da lã, no caso dos ovi-caprinos, terá retardado a altura do abate dos animais, ao contrário do verificado noutras espécies, como os porcos domésticos em que seria anti-económico manter os animais vivos para além destes terem atingido o seu peso adulto. Inversamente, o abate de animais jovens, antes de tal peso ter sido atingido por também ser anti-económico, poderá revelar comunidade já com o indispensável sobreproduto de produção susceptível de viabilizar tais práticas. Também o já referido aproveitamento da força motriz animal, demonstrada em Portugal, pelo menos, a partir do Neolítico Final (santuário rupestre exterior do Escoural)² terá condicionado a idade de abate dos bovinos, o grupo com maiores potencialidades e interesse deste ponto de vista.

- Por último, de referir que os ossos de numerosos animais constituem matéria-prima para peças de adorno e de carácter utilitário, situação tão bem documentada em Conimbriga.

Em resumo, qualquer conjunto osteológico, desde que devidamente referenciado e datado (tarefa que compete essencialmente ao arqueólogo) poderá constituir uma fonte de informações para o conhecimento tão completo quanto possível da natureza da jazida, da economia e evolução social e cultural da respectiva comunidade numa perspectiva diacrónica e, até, das características paleoecológicas do biótipo envolvente.

² O santuário rupestre exterior do Escoural estende-se pelos afloramentos de calcários cristalinos (mármore), do Precâmbrico superior, adjacentes à importante gruta do Escoural, local onde foi identificada arte rupestre do Paleolítico superior. Porém, o santuário rupestre exterior é mais recente; remonta provavelmente ao Neolítico final. Entre as numerosas figuras, avultam bucrânios, associados num caso à representação de um possível carro e arado (GOMES et al., 1983).

3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para que as conclusões obtidas dos estudos arqueológicos sejam representativas, alcançando significado as considerações de carácter económico, social ou mesmo cultural a que possam conduzir, é indispensável assegurar, antes de mais, a própria qualidade dos elementos disponíveis para estudo. Tal desiderato depende não só das condições geoquímicas do meio natural (mais ou menos propícias à conservação dos restos, como atrás se referiu), mas também da técnica utilizada pelos escavadores.

Exemplificando: os pequenos restos de anfíbios, répteis, peixes e pequenos mamíferos (especialmente roedores e insectívoros), não são susceptíveis de recolha manual, por crivagem a seco, recorrendo aos crivos usualmente utilizados no campo, em geral de malhas não inferiores a 0,5 cm.

Isto significa que, só a recolha de elevados volumes de terras e o seu ulterior tratamento laboratorial, incluindo a triagem à lupa binocular, poderá conduzir à recolha de restos dos referidos grupos.

Mesmo em escavações cuidadas e admitindo recolhas exaustivas, nem assim a associação faunística obtida se poderá considerar completa: ela representa apenas, uma ínfima parte da totalidade dos restos que se produziram, por vezes durante centenas de anos, em continuidade, no mesmo local (um grande povoado calcolítico, por exemplo). Tal situação é explicável por várias causas, entre elas a própria limpeza das zonas habitadas, no decurso da sua utilização, a acção destruidora de carnívoros domésticos (especialmente o cão), e a própria evolução tafonómica das acumulações produzidas: os ossos que não sofreram um rápido recobrimento acabam por desaparecer, no máximo em poucas dezenas de anos, mesmo em ambientes geoquímicos propícios. Tais factos conduzem a considerar a dificuldade de elaborar reconstituições demasiado precisas, por serem ilusórias, designadamente através da quantificação do **“número mínimo de indivíduos”** (NMI) correspondente a dado conjunto osteológico. Tal parâmetro, salvo situações excepcionais, pode não ter nada a ver com o número de indivíduos **realmente** mortos e consumidos, em dado intervalo de tempo, em determinado contexto habitacional, pelas razões acima expostas. Consideramos, como outros (GAUTIER, 1983) antes de nós, ser preferível a utilização do **“número total de restos”** (NTR), que julgamos distorcer menos os resultados (Ducos, in DELPECH, 1973), critério que seguimos em trabalhos desta índole (CARDOSO, 1993 a, b, c; CARDOSO, 1994 a, b).

4 – RESTOS FAUNÍSTICOS DE CONIMBRIGA

Em Conimbriga, os restos faunísticos provêm essencialmente do “bico”, na extremidade da cidade romana, e de local(is) indeterminado(s), designados como “escavações antigas”, investigados por Virgílio Correia. Desconhecem-se condições de jazida, cronologia e estratigrafia, mas as peças denotam pátina idêntica; por outro lado, podem faltar as peças mais pequenas, que na altura não despertariam o interesse dos achadores. Admitindo que aquelas estão ausentes, uniformemente, dos dois conjuntos, são legítimas as comparações entre ambos, verificando-se as seguintes percentagens baseadas no número de restos identificáveis: (QUADRO 1)

QUADRO 1

		Bico da muralha		Locais diversos	
Espécies		n.º de restos	%	n.º de restos	%
<i>Cervus elaphus</i>	Veado	15	19,5	7	11,3
<i>Capreolus capreolus</i>	Corço			2	3,2
<i>Sus scrofa</i>	Javali	2	2,6	3	4,8
<i>Sus domesticus</i>	Porco	5	6,4	1	1,6
<i>Bos taurus</i>	Boi	35	45,4	30	47,6
<i>Ovis/capra</i>	Ovelha/Cabra	16	20,8	16	25,4
<i>Camelus dromedarius</i>	Dromedário	1	1,3		
<i>Equus caballus</i>	Cavalo	2	2,6	2	3,2
<i>Equus asinus</i>	Burro	1	1,3	1	1,6
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho			1	1,6
TOTAL		77		62	

Globalmente, o boi doméstico predomina largamente nos dois conjuntos, predominância que ainda se torna mais notória se atendermos à maior corpulência deste animal, face à dos restantes (1 exemplar de raça não melhorada, de pequenas dimensões como a mertolenga, ainda frequente há cerca de 30 anos, equivaleria ao peso de 7 ovelhas e 9 cabras, segundo ANTUNES, 1991).

Os pequenos exemplares que caracterizam as populações de Conimbriga, correspondem a uma raça não melhorada, de tamanho idêntico à existente no Neolítico, a menos que tal facto se fique a dever à escassez de bons pastos – que ainda hoje

parece ser uma realidade – explicação que justificaria o maior tamanho dos exemplares reconhecidos na Rocha Branca (Silves)³, pertencentes aos séculos VII a V a.C.

O segundo lugar quanto à importância na alimentação pertence, nos dois conjuntos, aos ovinos e caprinos, considerados em conjunto. É certo que, em ambos, a ovelha (*Ovis aries*) predomina sobre a cabra (*Capra hircus*), como indica a maioria das peças ósseas e dentárias com valor discriminante.

O terceiro lugar pertence ao veado, embora a importância desta espécie possa estar um pouco sobrevalorizada – sobretudo no conjunto recolhido no “Bico” – devido à presença de extremidades de armações, que seriam recolhidas após a sua queda (“bois de clinte”), todos os outonos para o fabrico de diversos artefactos, não correspondendo, portanto, a animais caçados. Os suídeos (porco doméstico e javali) teriam um papel muito discreto na alimentação, a par do corço, pequeno cervídeo que só ocorre num dos lotes (escavações antigas) e dos equídeos (cavalo e burro) cujos restos não temos a certeza de pertencerem a animais consumidos, especialmente o último. O único resto de camélídeo (do lote das “escavações antigas”) deverá ser considerado como de animal exótico, trazido para Conimbriga como curiosidade e, obviamente, fora da dieta alimentar da população. Estudo comparativo detalhado permitiu atribuí-lo a dromedário (CARDOSO, 1992).

Por último, a escassez de coelho, que constituiria, sem dúvida, então como hoje, animal comum e apreciado, poderá explicar-se por subrepresentação, já antes referida, atendendo à pequenez das respectivas peças ósseas.

De maior interesse, não pela quantidade, mas por provirem de local bem conhecido e cronologicamente datável, são os restos recolhidos recentemente na zona da Casa dos Repuxos. O espectro faunístico respectivo expressa-se no QUADRO 2:

Os resultados confirmam os obtidos anteriormente, evidenciando a larga predominância dos bovinos, seguidos dos ovinos e caprinos (sobrepondo-se, em quantidade, a ovelha à cabra). Volta a ocorrer, vestigialmente o cavalo, e o veado diminui de importância, pela menor ocorrência de fragmentos de hastes com aproveitamento artesanal. A percentagem determinada na Casa dos Repuxos – 5,6% corresponde mais de perto à efectiva importância desta espécie caçada na dieta dos habitantes de Conimbriga face aos 19,5% e 11,3% determinados, respectivamente no “bico” e no conjunto das “escavações antigas”. O javali é outra espécie caçada, cuja importância

³ A Rocha Branca é uma elevação junto a Silves, sobranceira ao rio Arade. Na Idade do Ferro, teria constituído uma pequena península fluvial, na qual os navios encontrariam boas condições para fundear. As escavações ali realizadas, antes da destruição total da jazida, permitem aceitar a hipótese de um estabelecimento fenício ou de forte influência fenícia, de carácter comercial, entre os séculos VIII e V a.C.; tal ocupação está documentada por importantes estruturas (casas e armazéns defendidos por muralhas) e materiais cerâmicos importados (GOMES, 1993). Os restos faunísticos estudados provêm dos níveis mais antigos da sucessão estratigráfica (CARDOSO, 1993 a).

é muito diminuta, inferior à do veado, tal como já anteriormente se tinha verificado naqueles dois lotes de peças, completando o espectro faunístico do conjunto proveniente da Casa dos Repuxos, conjuntamente com o porco doméstico.

QUADRO 2

Casa dos Repuxos			
Espécies		n.º de restos	%
<i>Cervus elaphus</i>	Veado	3	5,6
<i>Sus srofa</i>	Javali	1	1,8
<i>Sus domesticus/Sus scrofa</i>	Porco	6	11,1
<i>Bos taurus</i>	Boi	24	44,4
<i>Ovis/capra</i>	Ovelha/Cabra	18	33,3
<i>Equus caballus</i>	Cavalo	2	3,7
TOTAL		54	

Em síntese, as principais espécies de grandes mamíferos representados em Conimbriga, são por ordem decrescente: boi – ovinos e caprinos – porco doméstico – veado – javali/cavalo – corço – burro – dromedário; as duas últimas espécies não deveriam, por cenrto, fazer parte da dieta alimentar tal como o cavalo, que não era consumido (TOYNBEE, 1973, p. 185). A nítida dominância das espécies domésticas é concordante com o carácter urbano e permanente do sítio.

5 – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELAS FONTES CLÁSSICAS

Os textos e representações clássicas fornecem um excelente conjunto de elementos, desde que devidamente interpretados, não só sobre as características e distribuição geográfica dos animais, mas também acerca da sua utilização em rituais, situação que escapa, quase completamente, ao arqueólogo se baseado apenas nos testemunhos materiais resultantes das escavações. Um dos conjuntos rituais mais interessantes da época galo-romana foi estudado por CAILLAT (1981).

Bos taurus (touro, boi) – Sobre o boi doméstico, Columela (Livro VI, *Da Agricultura*) oferece uma detalhada descrição de tamanhos e coloração das pelagens, em diferentes regiões do Império Romano. Na sua História Natural, Plínio o Velho insiste, sobretudo, nas diferenças de tamanho. Tais diferenças de tamanho têm sido confirmadas pelo material recuperado nas escavações.

As fontes iconográficas permitem apreciar as formas dos animais e as suas proporções, bem como comparar o tamanho absoluto; a questão é, porém, mais delicada do que parece, pois não sabemos até que ponto o artista representou animais reais e não imaginários ou mais ou menos distorcidos por convenções estéticas ou artísticas. Documentando esta realidade, temos, como exemplo mais flagrante, o arco de Augusto em Susa, no qual é representado um bovídeo gigantesco, explicável pela importância que se pretendia dar ao acto sacrificial, dando deste modo um lugar de destaque à vítima. Trata-se, portanto, de uma representação cujo critério não é naturalista, mas simbólico.

Pelo contrário, há outros monumentos romanos em que o boi nos parece de dimensões muito mais modestas. Cabe ao arqueozoólogo estabelecer relação entre textos escritos e a iconografia disponível: por ex., haverá relação entre o bovídeo figurado no altar dito de Domitius Ahenobarbus e os grandes bois da Umbria de que nos fala Columela? Ou, por outro lado, os pequenos bovídeos recolhidos frequentemente nas jazidas arqueológicas da época romana terão expressão no exemplar representado na base dita “Decennia dos Tetrarcas”, onde se observa uma procissão de tais animais conduzidos para o sacrifício?

Com efeito, o boi assume, no contexto dos animais sacrificiais, o lugar cimeiro como nos informa Plínio. Estrabão (III, 3, 7) diz, também que os Lusitanos sacrificavam bodes, os prisioneiros de guerra e os cavalos, e faziam hecatombes destas três espécies de vítimas, imolando 100 de cada uma delas.

Haveria, também, de procurar diferenciar o touro selvagem do boi, embora devamos reconhecer a dificuldade de tal tarefa, ao nível arqueozoológico.

As manadas de bois mantidas pelos Romanos em Itália como nas províncias teriam três finalidades principais (TOYNBEE, 1973, p.151): como animais de tiro, em quintas ou no exército; como animais sacrificiais; e como fornecedores de carne, tanto em contextos militares como civis, papel mais importante do que geralmente lhe tem sido atribuído.

Tal situação resume, afinal, o que anteriormente dissemos sobre esta espécie.

Sus scrofa, *Sus domesticus* (javali, porco) – Apicius na sua *Arte Culinária*, dá-nos mais de 27 receitas para suídeos, 10 para o javali e 17 para o porco/leitão, enquanto as dos bovídeos são apenas 4 e as relativas aos ovicaprinos 11.

A predilecção pela carne de porco é-nos também, atestada por Plínio o Velho (*História Natural*, VIII, 77, 209): “Nenhum outro animal fornece tanto alimento à gulodice: a sua carne possui cerca de 50 sabores, enquanto que a dos outros tem apenas um. Daí, tantos artigos e leis censoriais interditando nas refeições os buchos, as tripas, os testículos, as glândulas e as cabeças de porco”.

São frequentes no Mundo Romano, as representações da caça ao javali, como desporto e também como complemento da dieta alimentar.

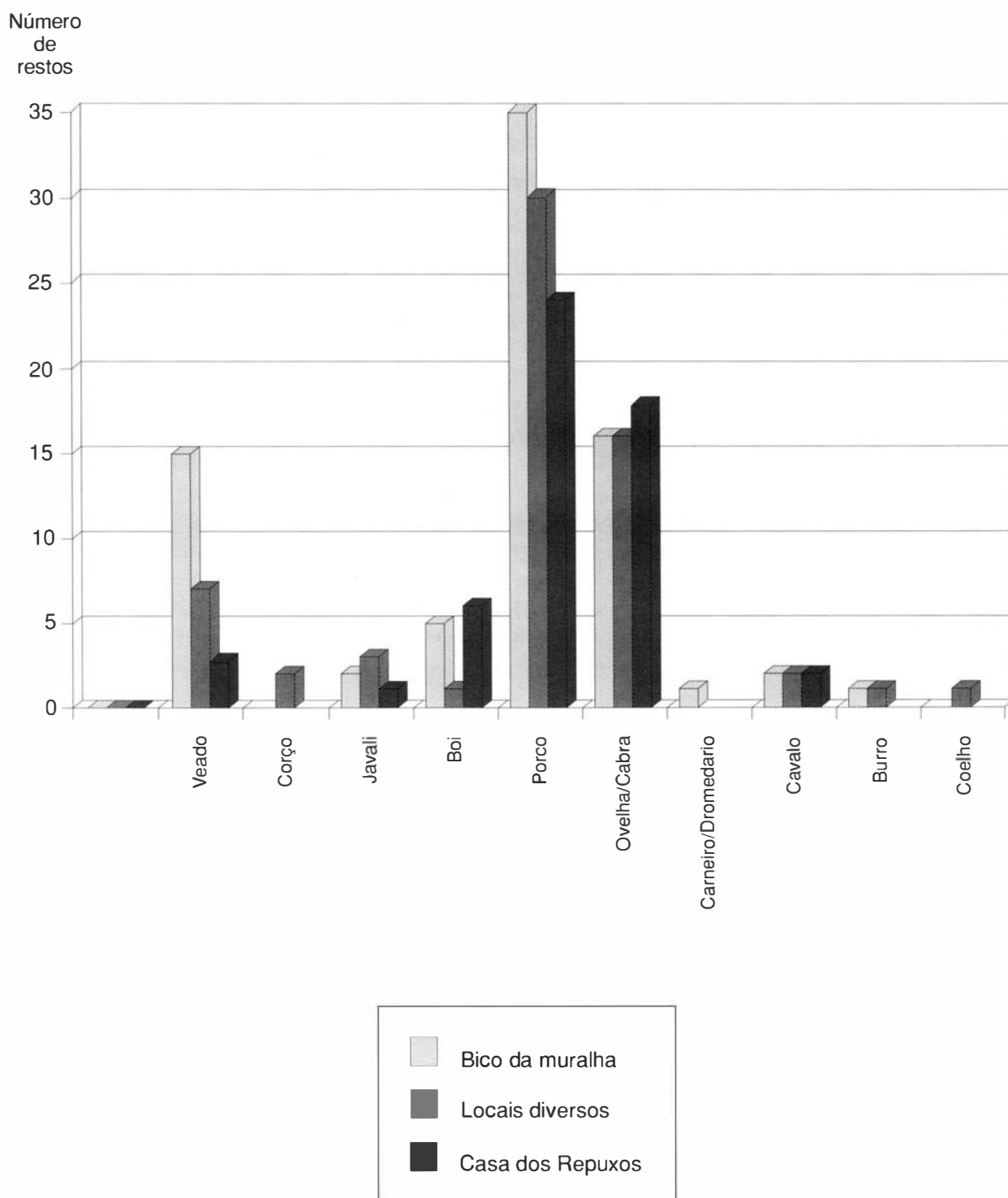


Fig. 1 – Conimbriga. Distribuição pelos três locais do número de restos classificáveis.

O javali era também um dos animais sacrificiais, conjuntamente com a ovelha e o touro (*suovetaurilia*). Porém, a maioria dos suídeos utilizados em tais práticas era de origem doméstica.

O javali era também utilizado em corridas.

Uma gema conservada em Cambridge, mostra um destes animais, com o seu nome inscrito: CERTVS (TOYNBEE, 1973, p. 135).

Ovis aries, *Capra hircus* (ovelha, cabra) – Para a ovelha e a cabra, os textos são mais ricos em referência quanto ao fabrico de queijos do que no concernente ao consumo de carne (Varrão, *Da Agricultura*, VII, 8).

Um dos interesses económicos maiores dos rebanhos de ovi-caprinos, era, porém, o aproveitamento da lã. A Hispânia era célebre pela qualidade da lã de ovelha ali produzida (TOYNBEE, 1973, p.163). Como já referimos, a ovelha era também uma das vítimas dos *suovetaurilia*. Também as cabras eram usadas para fins sacrificiais, o que era justificado pelo seu relativo baixo custo.

Enfim, esta espécie era também útil como animal de tracção, especialmente em pequenas atrelagens usadas pelas crianças (TOYNBEE, 1973, p. 166).

Equus caballus, *Equus asinus* (cavalo, burro) – Varrão (*De Re Rustica* II, 7, 15) evidencia bem o fim que os Romanos davam aos cavalos, indicando a sua utilização na guerra, transporte, incluindo a caça a cavalo, cerimónias religiosas e corridas no circo.

Vegitius (*Ars Mulomedicina* III, 6, 2) indica para o cavalo os três seguintes usos mais importantes: na guerra, no transporte e nas corridas, e, ocasionalmente trabalhos agrícolas ou industriais, utilizando a força de tracção ((in TOYNBEE, 1973, p. 168). Como refere esta autora, o consumo de carne de cavalo era abjecto aos Romanos (*op. cit.*, p.185).

Quanto ao burro, a sua presença está documentada também em Conimbriga; a sua resistência e frugalidade faziam-no animal muito utilizado no transporte e, por vezes, em trabalhos agrícolas, como na Bética (TOYNBEE, 1973, p. 194), ou em moínhos, por vezes conjuntamente com cavalos. Com efeito, em mosaico de Conimbriga, representa-se a sua utilização no transporte de Sileno. Tal como a carne do cavalo, apenas os pobres a aproveitariam (Apulius, *Metamorphoses*, VII, 22).

Oryctolagus cuniculus (coelho) – A abundância em toda a Hispânia de coelhos foi bem frisada pelos Romanos, não apenas em textos (Estrabão) mas na numismática: em bronzes de Hadrianus representa-se a Hispânia reclinada, tendo junto um coelho; para Plínio, o coelho peninsular era extremamente prolífico tendo ficado registado como carácter emblemático de toda a Península Ibérica. Compreende-se assim, com dificuldade a escassez de referências ao aproveitamento culinário de tal animal – que parece confirmar-se em Conimbriga – a menos que não fosse, de facto, especial objecto de caça e muito menos de criação doméstica.

6 – CONCLUSÃO

Os testemunhos faunísticos encontrados numa determinada jazida dependem estreitamente da natureza da jazida ou da área da jazida em que foi encontrada, sua importância e/ou finalidade, para além das condições geoquímicas dos solos, mais ou menos propícios à sua conservação. Os materiais faunísticos recolhidos em Conimbriga não fogem à regra. É, pois, muito delicado estabelecer conclusões com base nas distribuições faunísticas de diversas jazidas ou lugares diferentes da mesma jazida, mesmo que coevos: os gostos alimentares regionais, a riqueza de uma dada região face à de outra (aptidão para a caça ou o pastoreio), as posses dos respectivos proprietários, entre outras variedades condicionam fortemente os espectros faunísticos correspondentes. Haverá, ainda, a considerar a hipótese da interferência de restos animais oferecidos em sacrifício, que perturbará as pretendidas comparações pela introdução de elementos não relacionados com a alimentação. Será que em Conimbriga estamos perante conjuntos de carácter exclusivamente doméstico, apenas de carácter alimentar, como sugerem as abundantes marcas de corte nos ossos? (recorde-se que os animais sacrificiais seriam, sobretudo enterrados inteiros).

Como explicar a total ausência do cão, apenas inferida pelas marcas deixadas pelos seus dentes em certas peças ósseas? Ainda estará por descobrir a principal lixeira de Conimbriga? E os restos dos animais sacrificados? E como se articulará a natureza arquitectónica das construções urbanas com os espectros faunísticos correspondentes aos achados osteológicos das suas imediações? Por outras palavras, as diferenças de classe manifestar-se-iam, também, nas espécies consumidas e, particularmente na idade destas? E quanto às áreas funcionais e de serviços, poderá alguma vez ser inferida a finalidade de algumas através da presença diferenciada de peças ósseas? (por exemplo a acumulação de partes das carcaças menos “nobres”, de diminuto valor económico ou alimentar poderá sugerir zonas de abate ou de venda de carne).

Terminamos esta série de interrogações, por ora sem resposta com uma outra, talvez a merecer a atenção, pois integra, a um tempo, matéria do foro arqueozoológico e do estritamente arqueológico: será viável a correlação entre tamanho de recipientes e dos nacos de carne originais – determinados pela localização das marcas de corte que segmentaram as peças ósseas originais? O corte dos ossicones das cabeças de bovino, prática tão corrente em Conimbriga poderá ser consequência do diâmetro dos caldeiros em que seriam cozidas? Eis mais uma das múltiplas possibilidades de colaboração entre o arqueólogo – neste caso o ceramólogo – e o arqueozóologo.

Por último, seria interessante conhecer a evolução da dieta alimentar dos habitantes de Conimbriga ao longo dos séculos: tendo presentes os fortes condicionalismos atrás expostos é, não obstante, provável, que os períodos de agitação e instabili-

dade tenham deixado, também, as suas marcas ao nível das espécies consumidas, designadamente na relação entre animais domésticos – selvagens consumidos.

Assim, o interesse fundamental que possui o material osteológico agora apresentado, é o de dar lugar à reflexão – para além das pistas e informações que já oferece – potenciando no futuro uma estreita colaboração que resultará num efectivo progresso de conhecimentos sobre as práticas alimentares, a economia, os ritos sacrificiais e, até, os tempos de lazer e de guerra, de fartura ou de dificuldades, dos habitantes desta cidade da Lusitânia.

AGRADECIMENTOS

À Dr.^a Adília Alarcão, pela ajuda amiga, e cedência de materiais e sugestões que muito beneficiaram o texto. Idênticos agradecimentos são extensivos aos Drs. Miguel Pessoa e Virgílio Hipólito Correia, do Museu Monográfico de Conimbriga.

À Dr.^a Conceição André, nossa colaboradora no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras, pela ajuda dispensada no respeitado inventário faunístico de Conimbriga, e ao Dr. José Diogo, da Liga das Amigas do Museu Monográfico de Conimbriga, pela passagem do texto manuscrito.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino de Moraes, que proporcionou meios logísticos para que este trabalho se efectuasse, no quadro da profícua colaboração desenvolvida com o Museu Monográfico de Conimbriga.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M.T. (1991) – Restos de animais no castelo de Silves (séculos VIII-X). Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico. *Estudos Orientais*, 2, p. 41-74.
- CAILLAT, P. (1981) – *La faune dans l'Antiquité: identification, utilisation, consommation: exemples saintais*. Travail d'Études et de Recherches (dir. Prof. R. Etienne), 2 vol. Universidade de Bordeaux I (não publicado).
- CARDOSO, J.L. (1992) – Um camelídeo de Conimbriga. *Conimbriga*, 31, p. 181-187.
- CARDOSO, J.L. (1993 a) – Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto fenício. Estudo dos restos da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*, 4, p. 109-126.
- CARDOSO, J.L. (1993 b) – Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico: estudo dos restos mamalógicos e malacológicos das Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*, 2, p. 103-106. Edições Afrontamento. Porto.
- CARDOSO, J.L. (1993 c) – Restos de grandes mamíferos da Ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana. In *Ilha do Pessegueiro. Porto romano da costa alentejana* (C.T. Silva, J. Soares, editores), p. 205-215. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.
- CARDOSO, J.L. (1994 a) – Os restos de grandes mamíferos do povoado neolítico da igreja de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho). *Vipasca – Arqueologia e História*, 3, p. 51-55. Câmara Municipal de Aljustrel.
- CARDOSO, J.L. (1994 b) – A fauna de mamíferos da época muçulmana das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Materiais das campanhas de 1989-1992. *Arqueologia Medieval*, 3, p. 201-220. Edições Afrontamento. Porto.
- GAUTIER, A. (1983) – L'apport de l'étude des vestiges animaux à la reconstitution archéologique: une introduction à l'Archéozoologie. *Vie Archéologique*, 11, p. 27-46. Namur.
- GOMES, M.V. (1993) – O estabelecimento fenício púnico do cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*, 4, p. 73-107.
- GOMES, R.V. ; GOMES, M.V. & SANTOS, M.F. (1983) – O santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*, 26, p. 287-307.
- TOYNBEE, J.M.C. (1973) – *Animals in roman life and art*. Thames and Hudson. Londres.